

VOTAÇÃO DAS REFORMAS: *Medida de contenção de despesas passa facilmente em momento de ajuste fiscal, em primeira votação*

Senado aprova limite de gastos com vereadores

Municípios maiores, que arrecadam mais, só poderão dispor de 3% da receita para as despesas da prefeitura e da Câmara

Mônica Gugliano

• BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem emenda constitucional que limita os gastos internos das Câmaras de Vereadores de acordo com a população dos municípios. A emenda, do senador Esperidião Amin (PPB-SC), foi aprovada por unanimidade — 63 votos — e, agora, precisa ser apreciada em mais um turno de votação no Senado e em outros dois na Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, os municípios com população igual ou superior a um milhão de habitantes, como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, só poderão gastar até 3% do que arrecadam com suas receitas tributárias e a soma das transferências constitucionais. Entre essas transferências estão o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Quando a emenda começou a tramitar, em março, ela era moralizadora. Agora, num momento de ajuste fiscal e contenção de gastos, é também oportuna — disse Amin.

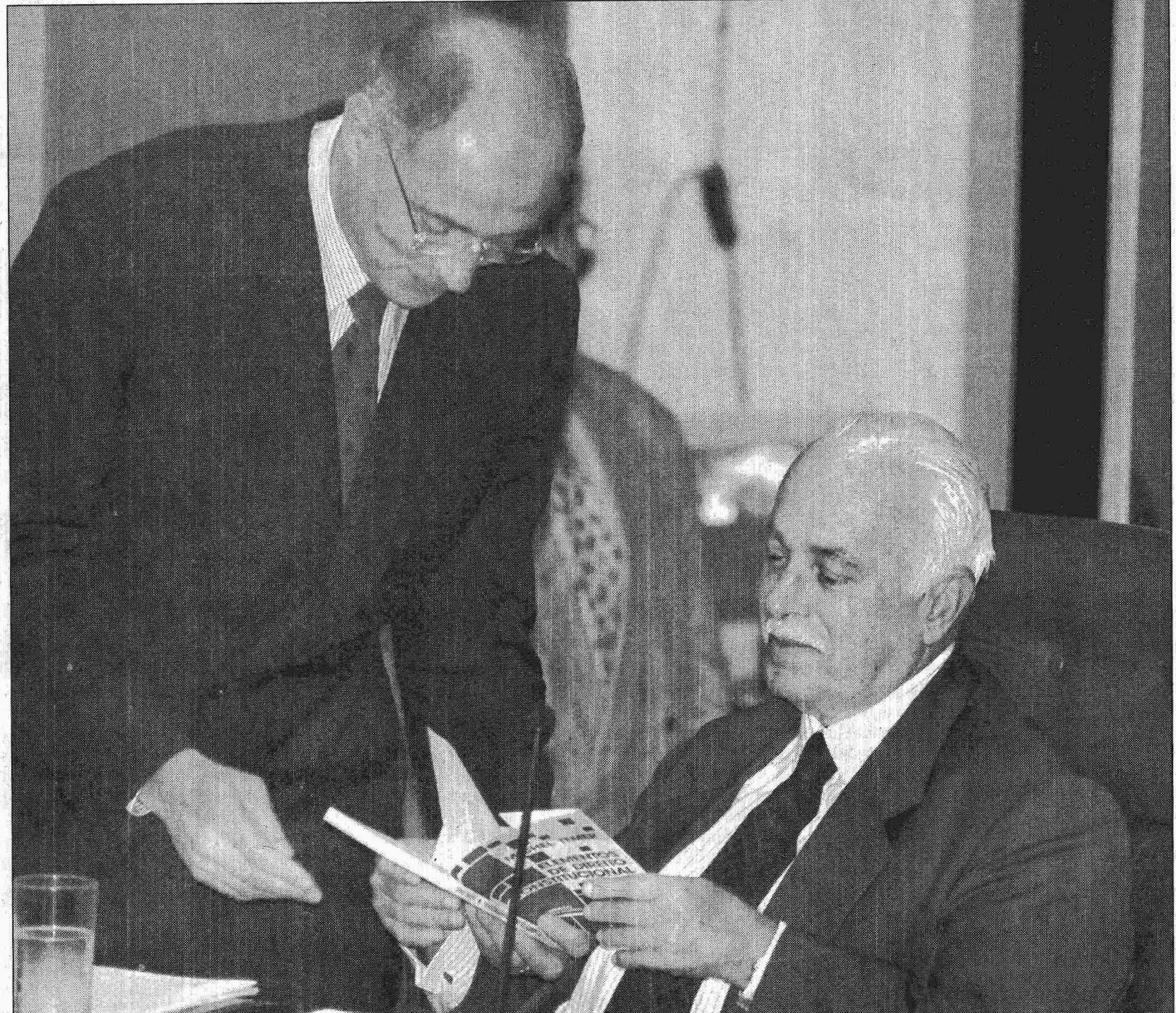
Despesas costumam ser descontadas do ICMS e do FPM

O senador lembrou que, segundo dados do IBGE, mais da metade dos municípios brasileiros não possuem receita própria suficiente para arcar com os gastos de suas prefeituras e câmaras municipais. Essas despesas acabam sendo pagas com os repasses do FPM e do ICMS.

Um estudo do Ministério do Planejamento, que fez uma simulação com 4.630 municípios usando valores referentes a 1996, concluiu que a emenda pode gerar uma economia anual de US\$ 530 milhões aos cofres públicos.

A única divergência em relação à emenda foi quanto à possibilidade de estabelecer um período de transição para que os municípios se adaptassem às novas regras. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) apresentou um substitutivo com essa proposta, mas ele foi rejeitado pelo plenário.

Num dia tomado pela discussão das medidas de ajuste fiscal,



ANTÔNIO CARLOS conversa com o senador Eduardo Suplicy, do PT. O presidente do Senado recebeu ontem propostas alternativas para o ajuste fiscal

o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu de um grupo de empresários paulistas um documento com críticas às propostas do Governo. No documento, os empresários pedem que o Congresso não aprove o aumento da alíquota da Contribuição Sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38% e também rejeite o aumento da alíquota da Cofins de

2% para 3%. Os empresários disseram ao senador que aumentar impostos significará aprofundar a recessão, sem nenhuma garantia de que isso trará um resultado positivo nas contas públicas.

Empresários sugerem sobretaxa na gasolina em vez de CPMF maior

Como alternativa, os empresários sugeriram que o Governo poderia optar por cobrar uma taxa

emergencial de R\$ 0,30 sobre a venda de cada litro de gasolina. Essa taxa substituiria o aumento da CPMF.

O prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), que conversou com Antônio Carlos, também reclamou das medidas do ajuste fiscal. Célio de Castro protestou principalmente contra a idéia de prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aumen-

tando sua alíquota de 20% para 40%.

Segundo o prefeito da capital mineira, as medidas do ajuste fiscal tornarão inviável a administração das cidades brasileiras.

CCJ diz sim a reeleição nas Mesas de Câmara e Senado

De manhã, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o parecer do se-

OS LIMITES PARA OS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS

• Este é o percentual da arrecadação da receita tributária somada às transferências constitucionais que os municípios poderão utilizar para as despesas com as câmaras de vereadores.

8%: População inferior a dez mil habitantes.

7%: População igual ou superior a dez mil e inferior a 50 mil habitantes.

6%: População igual ou superior a 50 mil e inferior a cem mil habitantes: 6%.

5%: População igual ou superior a cem mil e inferior a 500 mil habitantes.

4%: População igual ou superior a 500 mil e inferior a um milhão de habitantes.

3%: População igual ou superior a um milhão de habitantes.

nador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que responde afirmativamente a uma consulta sobre a permissão da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

O parecer respondeu um requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que considerava ilegal a reeleição para esses cargos. No entanto, segundo Alcântara, quando foi aprovada a emenda que permitiu a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos, a inelegibilidade do presidente da Câmara e do Senado desapareceu.

O parecer foi aprovado por 14 votos a três.

— Se o próprio regimento interno da Câmara não cria obstáculos à reeleição, não vejo como alguns possam entender que no Senado deva ser diferente — argumentou o senador José Foguá (PMDB-RS).